



UNIVERSIDADE TIRADENTES- UNIT

CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- ARTIGO CIENTÍFICO

**A FILOSOFIA DO PODER EM HANNAH ARENDT:
UM IDEAL DE INSPIRAÇÃO PARA MAHATMA GANDHI**

**Matheus Kaltner Mendes Silva
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno**

Aracaju

2015

MATHEUS KALTNER MENDES SILVA

**A FILOSOFIA DO PODER EM HANNAH ARENDT:
UM IDEAL DE INSPIRAÇÃO PARA MAHATMA GANDHI**

Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo –
apresentado ao Curso de Direito da
Universidade Tiradentes – UNIT, como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel em Direito

Aprovado em 28/11/2015.

Banca Examinadora

Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

Professor Orientador Universidade Tiradentes

Raimundo Giovanni França Matos

Professor Examinador Universidade Tiradentes

Paulo Fernando Santos Pacheco

Professor Examinador Universidade Tiradentes

A FILOSOFIA DO PODER EM HANNAH ARENDT: UM IDEAL DE INSPIRAÇÃO PARA MAHATMA GANDHI

*Matheus Kaltner Mendes Silva¹
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno²*

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a visão de poder da filósofa Hannah Arendt, que, diferente da maioria dos filósofos, busca demonstrar que o poder é totalmente diverso da violência e que poder e política andam juntas, sendo impossível uma existir, onde falta a outra. Demonstra, também, a utilização do pensamento de Hannah Arendt por uma das maiores figuras da história do mundo, o indiano Mahatma Gandhi. A metodologia utilizada foi básica, qualitativa, explicativa e bibliográfica. Básica porque visa acumular resultados para o meio acadêmico. Qualitativa porque trata de sensações e motivações que podem explicar determinados comportamentos, apreendidos com o foco no significado que adquirem para os indivíduos. Explicativa, porque explica a razão e o porquê dos fenômenos. E por fim, bibliográfica, pois a problematização do artigo foi feita a partir de referências publicadas, analisando e discutindo as contribuições culturais e científicas para o seu meio.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Poder. Violência. Política. Mahatma Gandhi.

1 INTRODUÇÃO

Hannah Arendt, é uma das principais mentes que existiram no campo da filosofia política. Ela elaborou uma definição de poder que foge aos padrões convencionais, e tem como marca distintiva a não inclusão da violência como um

¹ Graduando em Direito pela Universidade Tiradentes – UNIT, E-mail: matheuskaltner@gmail.com

² Doutorando em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGD/UERJ). Mestre em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE/UNISINOS-RS). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (MINTER/UNIT e PPGD/PUC-PR). Especialista em Direito e Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE e PPGD/UFRGS). Especialista em Sociologia, Filosofia e Teologia pela Universidade Gama Filho (PPGCSH/UGF-RJ). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS). Professor de Direito e Economia da Universidade Tiradentes – UNIT/SE.

dos seus elementos constitutivos. Aliás, toda a sua obra é um imenso registro de luta contra o arbítrio do poder violento. Para ela, o poder é a faculdade de alcançar um acordo quanto à ação comum, num ambiente de comunicação livre da violência.

Nesse contexto, Arendt difere muito de Nicolau Maquiavel³ em sua célebre obra “O príncipe” do ano de 1532, onde discorria que, para um príncipe, era melhor ser temido do que amado.

O pensador renascentista chegou a essa conclusão porque, segundo ele, os homens geralmente seriam ingratos, volúveis, dissimulados e ambiciosos, de modo que enquanto se lhes faz o bem, essas características permanecem ocultas, não se mostram, ou seja, de acordo com o seu raciocínio, enquanto o povo está provido abundantemente, não há dificuldade em se lhes comprar o amor e o apoio.

No entanto, para ele, aquele líder que, subitamente, se vê em grandes dificuldades, não demora até que também se veja abandonado por seus outrora fiéis colaboradores, ou até mesmo traído por eles. Porque, dizia Maquiavel, “os homens têm menos escrúpulo em ofender a alguém que lhes dedica amor do que a quem lhes inspira temor”. E, ainda conforme o pensamento do autor, toda amizade é mantida por um liame muito tênue, dada a natureza egoísta do homem.

Continuando nessa linha de raciocínio, entende o autor que o temor, por sua vez, é mantido pelo receio de castigo, e esse não desaparece tão facilmente. Um exemplo que comprovaria essa tese, é o do funcionário que, por contar sempre com a compreensão e indulgência de seus superiores, não sofre qualquer hesitação de consciência ao faltar ao trabalho ou cometer qualquer outra falha deliberadamente. No outro extremo, no entanto, aquele trabalhador cujos superiores despertam-lhe temor busca guiar-se sempre pela prudência. Ele toma decisões cautelosamente. Busca honrar os compromissos que

³ Nicolau Maquiavel foi um historiador, poeta, diplomata e músico italiano que viveu na época do Renascimento. É reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna, pelo fato de ter escrito sobre o Estado e o governo como realmente são e não como deveriam ser. Tem como suas principais obras escritas “A arte da guerra” de 1520 e “O príncipe” de 1532. (ARAÚJO, 2015, pg. 1).

assume. E esforça-se tanto quanto pode para evitar erros. Isso tudo porque, parafraseando Maquiavel, ele teme as consequências dos seus atos.

Hannah Arendt deixa claro essa diferença de ideias ao definir o poder em sua obra “Sobre a violência”:

“O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concreto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o começo (*potestas in populo*, sem um povo ou grupo não há poder), desaparece, “seu poder” também se esvanece. Em seu uso corrente, quando falamos de um “homem poderoso” ou de uma “personalidade poderosa”, já usamos a palavra “poder” metaforicamente; aquilo a que nos referimos sem a metáfora é o “vigor” [*strength*].” (ARENDR, 1994, p. 36)

Sobre a não vinculação do poder com a violência, a própria Arendt também discorre brilhantemente na mesma obra:

“Para resumir: politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não violento é de fato redundante.” (ARENDR, 1994, p. 46)

Hannah Arendt, ao prescindir da violência como elemento de definição do exercício do poder e instituir uma discussão sobre o poder como consenso participativo e dialogal, inaugura uma nova forma de pensar a política. Esta deixa de ser vista como algo utilitário, com interesse de alcançar determinado fim. Assim, transforma-se no exercício da construção do espaço público, espaço no qual manifestar-se-á a singularidade de cada ser no momento da ação. Essa manifestação conjunta do agir traçará os nortes da vida coletiva daquela específica comunidade. Significa dizer: onde há política, há espaço público; onde

há espaço público, há diálogo; onde há diálogo, há direitos. (BITTAR E ALMEIDA, 2015, pg. 487)

A metodologia utilizada para a elaboração do presente artigo, foi a básica, pois visou acumular informações e conhecimentos para resultados acadêmicos importantes, e a qualitativa, porque se trata de sensações e motivações que podem explicar determinados comportamentos, apreendidos com o foco no significado que adquirem para os indivíduos.

Foram utilizadas também a metodologia explicativa, porque explica a razão, o porquê dos fenômenos, uma vez que aprofunda o conhecimento de uma dada realidade, e a metodologia bibliográfica pois, a problematização do artigo partiu de referências publicadas, analisando e discutindo as contribuições culturais e científicas para o seu meio.

2 HISTÓRIA DE HANNAH ARENDT

Hannah Arendt nasceu em Linden, subúrbio da cidade de Hannover na Alemanha, em 14 de outubro de 1906 e, tendo origem judaica, foi batizada como Johanna Arendt. Seu pai faleceu quando ainda era criança e sua mãe, Martha Arendt, que nutria simpatia por ideias da socialdemocracia⁴, foi a responsável pela educação marcadamente liberal que recebeu. (SILVA, 2011, pg.1)

De acordo com Sérgio Amaral Silva (2011 e pg. 1), Hannah Arendt, na sua adolescência acabou tendo os primeiros contatos com a obra de Immanuel Kant⁵, filósofo prussiano que é conhecido como o último grande filósofo da era moderna. Aos dezessete anos, abandonou a escola por questões disciplinares,

⁴ A socialdemocracia é a ideologia política de esquerda que acredita na transição para o socialismo sem a necessidade de uma revolução. (JUNIOR, 2015, pg. 1) Foi de vital importância para Arendt, pois a partir desses ideais de não revolução, ela pautou o seu pensamento da incompatibilidade entre poder e violência. (SILVA, 2011, pg. 1)

⁵ Immanuel Kant estabeleceu um sistema filosófico, operando uma resolução entre o racionalismo de Descartes e Leibniz e o empirismo dos filósofos David Hume e John Locke, suas obras mais famosas foram “A crítica da razão pura” de 1781 e “A crítica da razão prática” 1788. (SANTANA, 2015, pg.1)

transferindo-se para Berlim, onde começou a estudar a teologia e a filosofia do pensador dinamarquês Soren Kierkegaard⁶.

Em 1924, frequentou por um ano a universidade de Marburg, cidade interiorana da Alemanha, onde assistiu importantes aulas para a formação dos seus princípios filosóficos, como as de filosofia com Martin Heidegger e Nicolai Hartman, e de teologia protestante com Rudolf Butmann. (SILVA, 2011, pg. 1)

Ao contar a biografia de Hannah Arendt, Sérgio Amaral Silva (2011) relata que a pensadora se formou em Filosofia na universidade de Heidelberg, local onde também apresentou sua famosa tese de mestrado sobre “O conceito de amor em Santo Agostinho”⁷, mas nunca gostou de ser chamada de filósofa, preferindo a denominação cientista política. Em 1929, época da grande recessão econômica mundial, provocada pela quebra da bolsa de Nova York, mudou-se para Berlim, com uma bolsa de estudos. Em 1933, foi obrigada a se mudar para Paris, devido à ascensão do nazismo, mudança que foi, em grande parte, benéfica a ela, pois conheceu grandes intelectuais, a exemplo do filósofo e escritor judeu-alemão Walter Benjamin⁸. Nessa mesma época, teve a oportunidade de trabalhar como secretária da baronesa Rotschild, de uma tradicional família de banqueiros mundiais.

Durante o grande estouro da segunda guerra mundial, o governo francês cooperou com os nazistas, e mandou Hannah para um campo de concentração,

⁶ Soren Kierkegaard foi um filósofo e teólogo dinamarquês. Grande parte da sua obra versa sobre as questões de como cada pessoa deve viver, focando sobre a prioridade da realidade humana concreta em relação ao pensamento abstrato, dando ênfase à importância da escolha e compromisso pessoal, tem como suas principais obras “Temor e tremor” de 1843 e “O conceito de angústia” de 1844. (CAPPELØRN e LEKSIKON, 2015, pg. 1)

⁷ Editada em 1929 em Berlim, na qual ela enlaça elementos da filosofia de Martin Heidegger com os de Karl Jaspers e já enfatiza a importância do nascimento, tanto para o indivíduo como para seu próximo. (PERRONE-MOISÉS, 2015, pg. 3)

⁸ Walter Benjamin via na tecnologia de reprodução das produções artísticas uma faca de dois gumes; por um lado, ela destruía o legado da cultura ancestral e, por outro, propiciava à população uma nova interação com a obra de arte, a qual previa que esta produção poderia se converter em um meio poderoso de sublevação dos mecanismos sociais. Da obra de Benjamin destacam-se as reflexões sobre a literatura, a arte, as tecnologias, as estruturas sociais, entre outras temáticas similares, todas elaboradas com uma profunda exatidão metodológica. (SANTANA, 2015, pg.1)

sob a alegação de que ela era uma “estrangeira suspeita”, todavia, ela conseguiu escapar e foi para Nova York no ano de 1941.

2.1 O Exílio Nos Estados Unidos da América

Relata Cláudia Perrone-Moisés (2015, pg. 9) que, chegando aos Estados Unidos da América, Hannah Arendt permaneceu exilada e apátrida, pois havia perdido a sua nacionalidade alemã, devido às inúmeras acusações de traição, feitas pelos nazistas e permaneceu dez anos sem direitos políticos, só ganhando a cidadania estadunidense em 1951.

No novo país, Hannah trabalhou em várias organizações judaicas e em editoras, como a *Schocken Books*, tendo escrito também para o periódico *Weekly Aufba*. No ano de sua naturalização, Hannah publicou sua obra mais significativa, *Origins of Totalitarianism* (Origens do Totalitarismo), pela qual tornou-se conhecida e respeitada nos meios intelectuais do mundo inteiro. (PERRONE-MOISÉS, 2015, pg. 21 a 23)

Em 1963, publicou o importante livro “Eichmman em Jerusalém”, no qual suscitou muitas polêmicas ao denunciar o papel das lideranças judaicas no extermínio nazista da Segunda Guerra Mundial, nesse mesmo ano, acabou sendo contratada pela Universidade de Chicago e, no ano seguinte, entrou para a *American Academy of Arts and Letters*, lecionando neste local até 1967, ano em que se transferiu para a cidade de Nova York, e passou a dar aulas na *New School of Social Research*, se tornando, também, diretora de pesquisas da Conferência sobre as Relações Judaicas.

Faleceu em 4 de dezembro de 1975, na cidade de Nova York onde encontra-se sepultada no *Bard College, Annandale-on-Houston*.

2.2 Obras de Hannah Arendt

Conforme relata Sérgio Amaral Silva (2011, pg. 2 e 3), Hannah Arendt foi uma das autoras mais conceituadas no campo da filosofia jurídica, sendo conhecida como a “pensadora da liberdade”, escreveu vários livros de notória importância, como “Entre o Passado e o Futuro” (1954), “A Condição Humana” (1958) e “Consideração sobre a Política e a Moral” (1971).

Em especial, dois livros de sua autoria fizeram um grande sucesso, sendo considerados como essenciais para se chegar ao entendimento de fenômenos ocorridos no século 20 e, de certa forma, também nos auxiliam a compreender questões contemporâneas: “Origens do Totalitarismo”, publicado em 1951 e “Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal”, de 1963.

Dividido em três partes - “Antissemitismo”, “Imperialismo” e “Totalitarismo”, Arendt descreve em “Origens do Totalitarismo”, a formação de um aparato de destruição no continente europeu, que acabou conduzindo ao terrível episódio do Holocausto. Nesta obra, ela se refere ao Nazismo do Terceiro Reich e ao comunismo stalinista, como ideologias totalitárias, demonstrando como elas dependem de alguns fatores como falta de uma perspectiva crítica em relação ao discurso oficial, capacidade de manipulação das massas e banalização dos atos de terror. Sob esse ponto de vista, líderes como Hitler ou Stalin podem ser encarados como face de uma só moeda, que subiram ao poder graças a uma bem-sucedida exploração da “solidão organizada” das massas populares. (SILVA, 2011, pg. 2)

Já em “Eichmann em Jerusalém”, talvez um dos livros mais polêmicos da autora, conta Cláudia Perrone-Moisés (2015, pg. 29 e 30) e Sérgio Amaral Silva (2011, pg. 2 e 3) que Arendt analisa a personalidade do nazista Karl Adolf Eichmann, tenente coronel da *Schutzstaffel* (SS)⁹ e gerenciador da “indústria da morte” nazista. O livro surgiu de uma série de cinco grandes reportagens escritas

⁹ A SS era uma tropa constituída por homens de elite, todos selecionados pela considerada “pureza” racial e pela fidelidade incondicional ao Partido Nazista. Tinha como lema a frase “*Mein Ehre heißt Treue*”, que em português significa “minha honra é a lealdade”. Essa pequena unidade paramilitar tornou-se um grandioso exército nazista, uma organização poderosa e com grande influência sobre o Terceiro Reich. (JUNIOR, 2015, pg. 1)

por encomenda da revista *The New Yorker*, prestigiado veículo de imprensa para a qual Arendt cobriu, em 1961, o julgamento de Eichmann.

Ao evidenciar no livro a "mediocridade" do réu, a autora formula o conceito de "banalidade do mal"¹⁰. Ao depor, Adolf Eichmann disse que apenas cumpria ordens superiores e que achava uma desonestidade não cumprir a tarefa que lhe foi atribuída, ou seja, o extermínio sistemático dos judeus, na chamada "Solução Final". Segundo Arendt, havia verdade naquela fala do oficial nazista condenado à morte por crimes contra a humanidade, em sentença proclamada no dia 15 de dezembro de 1961: sem ser um desalmado ou paranoico, como acreditavam os ativistas judeus, tratava-se de um homem comum, porém desprovido da capacidade, presente em grande parte dos indivíduos, de raciocinar por si próprio. (SANTOS, 2006, pg. 1)

3 O PODER NÃO VIOLENTO

Dentre os vários temas abordados por Arendt em suas teses, se destaca a ideia do poder não violento. Para ela o poder pode ser visto como algo inerente às estruturas sociais. Onde há sociedade, há poder. Contudo, à ideia de poder, por vezes, ocorre estar acoplada aquela outra, de violência.

Conforme relatam Eduardo C. B. Bittar e Guilherme Assis de Almeida (2015, pg. 476 a 478) para Hannah Arendt a equivalência não é perfeita, entre as duas ideias, e nem mesmo a coincidência histórica pode fazer disso uma verdade. O que se há de dizer, no entanto, é que, para ela, o poder violento, ou seja, a associação de poder com violência já é uma demonstração do desvirtuamento conceitual da ideia de poder. Mais que isso, é já sinal de que o poder, que funciona na base de consensos e jogos de aceitação, encontra-se ameaçado de extinção, cedendo espaço para algo que lhe substitui, e que não

¹⁰ Nesta obra a filósofa defende que, em resultado da massificação da sociedade, se criou uma multidão incapaz de fazer julgamentos morais, razão porque aceitam e cumprem ordens sem questionar. Eichmann, um dos responsáveis pela solução final, não é olhado como um monstro, mas apenas como um funcionário zeloso que foi incapaz de resistir às ordens que recebeu. O mal torna-se assim banal. (SANTOS, 2006, pg. 1)

depende de consentimento, mas da capacidade técnica de gerar sofrimento e submissão: a violência.

Sobre esse tema, discorre o professor Celso Lafer:

“A violência destrói o poder, mas não o cria ou substitui, pois o poder, para ser gerado, exige a convivência, e a violência se baseia na exclusão da interação/cooperação com os outros. Isto explica a combinação, que não é rara na experiência política, de violência e impotência, pois governantes e governados frequentemente não resistem à tentação de substituir o poder que está desaparecendo pela violência. Por essa razão, Hannah Arendt, em nota ao seu ensaio sobre a violência, aventa a hipótese de que a ineficiência da polícia, ou seja, a incapacidade de apurar crimes, está provavelmente associada ao acréscimo da sua brutalidade.” (LAFER, 1991, pg. 209 e 210)

De acordo com o pensamento da autora, o poder, propriamente, deixa de existir, quando entra em ação um conjunto de aparatos cuja força representa uma aniquilação do poder de estar com, de discussão, de debate, de discurso, elementos que caracterizam o estar entre homens (*inter homines essere*). Ceder espaço ao advento da força seria negar o princípio da ação e da busca de consensos por meio da ingerência de instrumentos de submissão e de abuso da condição humana:

“Aqueles que se opõem a violência com o mero poder rapidamente descobrirão que não são confrontados por homens, mas pelos artefatos humanos, cuja desumanidade e eficácia destrutiva aumentam na proporção da distância que separa os oponentes. A violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita instantânea obediência. O que não emergirá daí é o poder” (ARENDR, 1994, pg. 42)

Segundo ela, a potência que acompanha a violência é exatamente o que torna a sutileza da política algo de que se pode prescindir, algo de que se pode abrir mão, em momentos em que a violência predomina. Isso porque decisões acompanhadas de violência são pautadas pela capacidade de abafarem expectativas de contrariedade. Num confronto entre o poder e a violência, quem cede? Será que o poder e suas artimanhas complexas de atuação entre os homens são mais eficientes que a bala de canhão, ou que os incontáveis bandos de fanáticos dispostos a dar a vida por um ideal, ou mesmo em função de ordens superiores?

“Em um conflito frontal entre a violência e o poder, dificilmente o resultado é duvidoso. Se a estratégia da resistência não violenta de Gandhi extremamente bem-sucedida, tivesse encontrado um inimigo diferente – a Rússia de Stalin, a Alemanha de Hitler e mesmo o Japão do pré-guerra, em vez da Inglaterra, o resultado não teria sido a descolonização, mas o massacre e a submissão” (ARENDR, 1994, p. 42)

Já restou afirmado, com isso, portanto, que a violência e poder não são a mesma coisa. Mas não basta. Deve-se grifar ainda que poder e violência são conceitos opostos, pois quando um está forte (poder consensual forte; violência e opressão absolutas), o outro está ausente (violência inativa; poder ineficaz e desacreditado). (BITTAR E ALMEIDA, 2015, pg. 476 a 478)

3.1 A Política e o Poder

Inspiradas pelos ideais de Arendt, as professoras Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins (2009, pg. 266 a 274) definem política como a ciência que trata das relações do poder e explicam que para o poder ser exercido, é preciso que se tenha força, entendida como instrumento para o exercício do poder. Quando falamos em força, é comum pensar-se imediatamente em força física, coerção, violência. Na verdade, este é apenas um dos tipos de força.

Assim diz o filósofo francês Gérard Lebrun¹¹ em sua obra “O que é o poder”:

“Se, numa democracia, um partido tem peso político, é porque tem força para mobilizar um certo número de eleitores. Se um

¹¹ Gérard Lebrun foi um filósofo e historiador da filosofia francesa, em 1960 foi convidado a ocupar a cátedra de filosofia mantida pelo governo francês na Universidade de São Paulo (USP), retornando em 1973 para voltar a ministrar aulas da universidade paulista, entre suas inúmeras obras se destacam *Kant e o fim da metafísica* (1970), *La Patience du concept* (1972) e *O avesso da dialética: Hegel à luz de Nietzsche* (1988). (ROMANO, 2008, pg.1)

sindicato tem peso político, é porque tem força para deflagrar uma greve. Assim, força não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que me permitam influir no comportamento de outra pessoa. A força não é sempre (ou melhor, é rarissimamente) um revólver apontado para alguém; pode ser o charme de um ser amado, quando me extorque alguma decisão (uma relação amorosa é, antes de mais nada, uma relação de forças). Em suma, a força é a canalização da potência, é a sua determinação. E é graças a ela que se pode definir a potência na ordem nas relações sociais ou, mais especificamente, políticas”. (LEBRUN, 1981, pg. 11 e 12)

Para Hannah Arendt a política ocidental, cuja gênese encontra-se nos gregos é designada com o conceito de “*vida activa*”, que se caracteriza ao constituir-se em atividades vitais como forma de realização de uma vida qualificada. Vida qualificada que se constitui no encontro e no confronto das pluralidades através do discurso, do debate livre em praça pública, espaço em que os cidadãos criavam e recriavam o mundo no qual coabitavam. A criação do mundo é o resultado da ação que se constitui a partir das relações políticas, fundamento ontológico do humano. Ação discursiva, dialógica que mobilizava os cidadãos em torno da política como característica primordial dos seres humanos. A coisa política entendida nesse sentido grego está, portanto, centrada em torno da liberdade, sendo liberdade entendida negativamente como o não-ser-dominado e não dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais. Sem esses outros que são meus iguais não existe liberdade alguma. (BAZZANELLA; BIRKNER; MAXIMO, 2008, pg. 68 e 69)

3.2 O Poder Político na Democracia e no Totalitarismo

Relatam Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins (2009, pg. 266 a 274), que a palavra democracia é formada etimologicamente por dois termos gregos, *demos* e *kratia*, com tradução literal para “governo do povo”.

No sentido mais primitivo, *demos* designava os diversos distritos que constituíam as dez tribos em que a cidade de Atenas fora dividida por ocasião

das reformas de Clístenes¹² (século VI a.C.), procedimento que pôs fim à tirania. Com o tempo, *demos*, significou genericamente “povo” ou “comunidade de cidadãos”. O termo *kratia*, deriva de *kratos*, que significa “governo”, “poder”, “autoridade”. Hoje em dia entendemos democracia como “governo do povo”, “governo de todos os cidadãos”. Ou seja, na democracia atingimos o que Hannah Arendt chama de ação conjunta e é esta ação que é a geradora do poder. Como a própria descreve em seu livro “A condição humana”:

“O único fator indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e torna-se impotente, por maior que seja sua força e por mais válida que sejam suas razões.”

Embora a democracia seja a antítese de todo poder autocrático, o exercício do poder muitas vezes perverte-se nas mãos de quem o detém. Por exemplo, a transparência é um atributo do espaço democrático, por isso o jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio¹³ prefere definir a democracia como o “poder em público”, justamente no sentido de que os governadores devem tomar suas decisões às claras, para que os governados “vejam” como e onde as tomam.

Aceitar a diversidade de opiniões, o desafio do conflito, a grandeza da tolerância, a visibilidade plena das decisões é exercício de maturidade política. Por isso mesmo, a democracia é frágil e não há como evitar o que faz parte da sua própria natureza. Se ela permite a expressão de pensamentos divergentes, entre eles surgirão os que combatem a democracia, por identificá-la à anarquia ou porque desejam simplesmente impor o seu ponto de vista; haverá também aqueles que pretenderão a homogeneizar os pensamentos e ações. Um dos riscos é o totalitarismo, como consequência de determinados grupos

¹² Estadista, filósofo, político e legislador grego nascido em Atenas, cujas reformas políticas contribuíram para despertar o sentimento de cidadania em contraposição à solidariedade dos membros do clã e assim considerado o fundador da democracia ateniense. (SOUSA, 2015, pg. 1)

¹³ Norberto Bobbio (1909-2004) foi um dos maiores cientistas políticos do século XX. Dentre sua extensa obra, deixou uma importante contribuição à Ciência Política: seu livro “*Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos Clássicos*” do ano de 2000. (RIBEIRO, 2015, pg. 1)

sucumbirem à tentação de restabelecer a “ordem” e a hierarquia, ou seja, um governo autoritário. (ARANHA; MARTINS, 2009, pg. 269 e 270)

Ainda como relatam Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins (2009, pg. 270 a 272), o totalitarismo, fenômeno político do século XX, é o que pode ser chamado de o avesso da democracia. Surpreendentemente mobilizou grandes segmentos da sociedade de diversos países. O totalitarismo de direita, conservador, ocorreu, por exemplo na Alemanha nazista e na Itália fascista; o de esquerda, de orientação comunista, desenvolveu-se na União Soviética, na China e no Leste Europeu.

No totalitarismo, tanto de esquerda, quanto de direita, os ideais eram exatamente o contrário daqueles pregados por Hannah Arendt, pois neles não haviam espaço para opiniões diferentes ou para discussões, quem pensasse diferente do governante, era torturado ou morto, para servir de exemplo aos demais opositores.

4 GANDHI E A NÃO VIOLÊNCIA

Relatam Eduardo C. B. Bittar e Guilherme Assis de Almeida (2015, pg. 478 a 487) que defende-se a ideia de que, no decorrer do século XX, a personagem que exerceu, de forma prática, a teoria sobre o poder de Hannah Arendt, foi Mahatma Gandhi. A não violência ocupa um papel central no pensamento político de Mahatma Gandhi e ele a define, fazendo uso de uma palavra em sânscrito, *ahimsa*.¹⁴

Poucos líderes de qualquer época expuseram seus pensamentos mais íntimos mais sinceramente do que Gandhi. Em todos os seus escritos, e particularmente em seu livro autobiográfico, Gandhi examinou seu próprio

¹⁴ “O *ahimsa* é a base da busca da Verdade. Todos os dias percebo que a busca é vã, a menos que seja apoiada no *ahimsa*. É apropriado oferecer resistência e atacar um sistema, mas oferecer resistência e atacar um sistema, mas oferecer resistência e atacar seu autor é equivalente a oferecer resistência e atacar a si próprio. Pois somos todos farinha do mesmo saco, e filhos do mesmo Criador, e portanto os poderes divinos em nós são infinitos. Menosprezar um único ser humano é menosprezar aqueles poderes, e assim prejudicar não apenas aquele ser, mas também o mundo inteiro.” (GANDHI, 1999, pg. 244)

comportamento, pensamentos e motivações com precisão e sinceridade. Esse estilo confessional teve um duplo efeito. Primeiro, permitiu a Gandhi reconciliar-se com sua própria história, sua vida atual e suas aspirações para si mesmo, para seu povo e para o resto da humanidade. Além disso, foi uma maneira de compartilhar a sua vida com seus companheiros pessoais e com qualquer outra pessoa que se interessasse por seus métodos. (GARDNER, 1996, pg. 269)

Gandhi acreditava que as pessoas deviam assumir o controle das suas vidas, tanto quanto possível. Sua dedicação à fiação – era quase uma obsessão – não era apenas uma forma de autodisciplina diária, mas também uma declaração de que todos os indianos poderiam se sustentar se aprendesse esse ofício.

Seu persistente interesse pela medicina, saúde alimentos e dieta representava uma tentativa de compreender qual é a melhor maneira de sobreviver no mundo, especialmente na ausência de recursos materiais significativos. (GARDNER, 1996, pg. 270)

4.1 A Doutrina *Satyagraha*

Gandhi criou o termo *satyagraha*, formado da união de duas palavras sânscritas, *satya* (verdade) e *agraha* (estar conectado), para definir a sua doutrina política. Ele deixa claro que a *ahimsa* é a formação de ação da *satyagraha* e que esta diferencia-se de modo radical da resistência passiva.

A finalidade da doutrina da *satyagraha* é a conquista da libertação tanto coletiva, como individual. O termo usado por Gandhi para expressar essa libertação é: *swaraj*. Essa palavra sânscrita significa, literalmente, liberdade. E tem uma conotação espiritual, significando a liberdade da ilusão, do temor e da ignorância, decorrente do autoconhecimento e domínio de si próprio. Gandhi aplica a ideia dessa libertação espiritual do indivíduo para o campo da libertação política coletiva. (BITTAR E ALMEIDA, 2015, pg. 478 a 482).

Conforme relata Howard Gardner (1996, pg. 266 a 268), foi na África do Sul que Gandhi falou explicitamente sobre a *satyagraha* pela primeira vez. Ele

empregou o termo para expressar a força, nascida da verdade e do amor, que os indianos haviam mobilizado ao longo dos anos para chamar a atenção do resto do mundo, para as injustiças sofridas por eles, e para criar relações mais humanas e mais justas entre os habitantes da região.

A *satyagraha* supõe a existência de uma comunidade em que dois ou mais grupos discordam ou se opõem. Ao invés de se confrontarem por meio da violência, dor ou ameaça de conflitos prejudiciais, os seguidores da *satyagraha* entendem que, ao provocar sofrimento em si mesmos, haverá a mobilização de razões e consciência dos oponentes, transformando-os em aliados.

4.2 A Ação Política Gandhiana

A ação política gandhiana é simples e inovadora. Gandhi estabeleceu, com clareza, os três pontos fundamentais de sua prática: um princípio da ação, uma forma de luta e um objetivo a ser alcançado. Segundo ele, o princípio da ação seria a não violência (*ahimsa*). Já a forma de luta (*satyagraha*) apresenta diversos métodos como, por exemplo, a greve, desobediência civil, jejum, etc., e tem como elementos permanentes, um criterioso exame dos fatos em conjunto com um apelo de entendimento ao adversário e, logo após, o exercício da não violência ativa para tentar evidenciar a injustiça da situação. Quanto ao objetivo a ser alcançado, de acordo com os ensinamentos de Gandhi, seria a libertação coletiva e individual (*swaraj*), sendo que esses três pontos seriam interdependentes: *ahimsa* é o motor da *satyagraha*, e a *satyagraha* é o meio de se atingir *swaraj*.

Relatam Bittar e Almeida (2015, pg. 482), que Gandhi tinha plena consciência de sua responsabilidade instancial e ele não agia como um líder autoritário, mas liderava pelo exemplo, praticando, do modo mais rigoroso possível, a teoria por ele criada.

Sob muitos aspectos, o grande êxito de Gandhi teria sido a preparação do seu povo para a independência. Durante toda a sua vida, ele pregou os ditames da honestidade e da correção, ensinando os hindus a se orgulharem adequadamente de sua própria cultura e de suas tradições. Ensinou o amor

próprio onde antes houvera submissão, dando como exemplo a sua própria coragem e destemor, orientando seu povo a se defender sozinho. (NICHOLSON, 1987, pg. 60)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hannah Arendt foi uma filósofa muito à frente da sua época, a partir de observações de como funcionava a sociedade em que vivia, ela conseguiu definir brilhantemente o significado do poder e do poder político, significados esses que permanecem atuais e utilizáveis até os dias de hoje.

A filósofa demonstra, também, que poder e violência são antônimos, pois com a violência você reprime o verdadeiro poder que apenas existe a partir dos diálogos e dos debates de ideias.

Arendt, demonstra em seus livros que não é o poder que move a população e sim o contrário, apenas através da união do povo é que o poder em seu sentido verdadeiro aparece.

Demonstra também que não há de se falar em poder sem falar de política, pois as duas são praticamente a mesma coisa, já que para se chegar ao poder, é necessária a política.

Por fim, esse artigo pretendeu demonstrar o quão importante foi o pensamento de Hannah Arendt sobre a filosofia do poder, especialmente quando podemos notar que este pensamento foi uma das fontes de inspiração de um dos maiores expoentes da área de direitos humanos do mundo, o indiano Mahatma Gandhi, um dos principais propagadores dos ideais da condição humana e da filosofia do poder em Hannah Arendt.

THE POWER IN HANNAH ARENDT

Abstract: The purpose of this article is to analyze the power of sight of the philosopher Hannah Arendt, who, unlike most philosophers, seeks to show that

power is totally different from the violence and power and politics go together, being impossible one exists, which lack the other . It also shows the use of the thought of Hannah Arendt, for one of the greatest figures in the history of the world, the indian Mahatma Gandhi. The methodology used was basic, qualitative, explanatory and bibliography. Basic because it aims to accumulate results for academy. Qualitative because it deals with feelings and motivations that may explain certain behaviors, seized with the focus on acquiring meaning for individuals. Explanatory, because it explains the reason and why the phenomena. Finally, literature, because the questioning of the article was made from published references, analyzing and discussing of the cultural and scientific contributions to their environment.

Keywords: Hannah Arendt. Power. Violence. Policy. Mahatma Gandhi.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

ARAÚJO, Felipe. **Nicolau Maquiavel**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/nicolau-maquiavel/>>. Acesso em out. 2015.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**. Tradução de Helena Martins, Frida Coelho, Antonio Abranches, César Almeida, Claudia Drucker e Fernando Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARENDT, Hannah. **Compreensão e política e outros ensaios**. Tradução de Miguel Serras Pereira. 1. ed. Lisboa: Relógio D'Água, 2007.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARENDT, Hannah. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Tradução de André Duarte e Paulo Rubens da Rocha Sampaio. 2. ed. Rio de Janeiro: Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; BIRKNER, Walter Marcos Knaesel; MAXIMO, Erica Daiana. **O conceito de política em Hannah Arendt e sua acepção biopolítica em Foucault: manifestações no poder legislativo do município de Canoinhas/SC.** Revista Húmus, 1. ed. Maranhão: Pluralidade e Diferença, 2011.

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CAPPELØRN, Niels Jørgen; LEKSIKON, Gyldendal. **Søren Kirkegaard.** Disponível em: <<http://denmark.dk/pt/encontre-os-dinamarqueses/grandes-dinamarqueses/soeren-kierkegaard/>>. Acesso em out. 2015.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia.** 14. ed. São Paulo: Ática, 2014.

GANDHI, Mahatma. **Autobiografia: minha vida e minhas experiências com a verdade.** 1. ed. São Paulo: Palas Athena, 1999.

GARDNER, Howard. **Mentes que criam: uma anatomia da criatividade observada através das vidas de Freud, Einstein, Picasso, Stravinsky, Eliot, Graham e Gandhi.** Traduzida por Maria Adriana Veronse. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GASPARINI, Melissa Ferreira. **Breves comentários sobre a vida e obra de Hannah Arendt.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/filosofia/arendt/gasparini_breves_vida_obra_hannah.pdf>. Acesso em set. 2015.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **SS- Schutzstaffel.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/segunda-guerra/ss-schutzstaffel/>>. Acesso em out. 2015.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **Social-democracia.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/politica/social-democracia/>>. Acesso em out. 2015.

JUNIOR, Luiz Salvador de Miranda-Sá. **Poder, poder social e poder político.** Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/luizsalvadormirandasa/4-poder-poder-social-e-poder-politico>>. Acesso em out. 2015.

JUNIOR, Tercio Sampaio Ferraz. **Estudos de filosofia do direito.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** 1. ed. São Paulo: Schwarcz, 1991.

LEBRUN, Gérard. **O que é o poder.** Tradução de Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUIZ, Ramon Perez. **A dignidade humana e o totalitarismo: um diálogo entre Jacques Maritain, Hannah Arendt e Giorgio Agambem.** São Leopoldo:

UNISINOS, 169 f., Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em filosofia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe: Comentado por Napoleão Bonaparte**. Tradução de Pietro Nasseti. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 1998.

NICHOLSON, Michael. **Personagens que mudaram o mundo: Os grandes humanistas: Mahatma Gandhi**. Tradução de Matilde Leone. 1. ed. São Paulo: Globo, 1987.

PACIEVITCH, Thais. **Mahatma Gandhi**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/mahatma-gandhi/>>. Acesso em set. 2015.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. **Cem anos de Hannah Arendt**. Disponível em: <<http://www.hannaharendt.org.br/#!/hannah-arendt/cm9z>>. Acesso em set. 2015.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Ideia de Política em Norberto Bobbio**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/sociologia/ideia-politica-norberto-bobbio.htm>>. Acesso out. 2015.

ROMANO, Roberto. **Gérard Lebrun: Um pensador dialético**. Disponível em: <<https://poars1982.wordpress.com/2008/06/23/gerard-lebrun-um-pensador-dialetico-roberto-romano/>>. Acesso em out. 2015.

SANTANA, Ana Lucia. **As ideias de Walter Benjamin**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofia/as-ideias-de-walter-benjamin/>>. Acesso em out. 2015.

SANTANA, Miriam Ilza. **Immanuel Kant**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/immanuel-kant/>>. Acesso em out. 2015.

SANTOS, Inês Fonseca. **A banalidade do mal de Hannah Arendt**. Disponível em: <<http://ensina.rtp.pt/artigo/a-banalidade-do-mal-de-hannah-arendt/>>. Acesso em out. 2015.

SILVA, Sérgio Amaral. **Hannah Arendt, pensadora da política e da liberdade**. Revista Filosofia, 28. ed. São Paulo: Escala, 2011. Disponível em: <<http://filosofia.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/28/hannah-arendt-pensadora-da-politica-e-da-liberdade-a-210008-1.asp>>. Acesso em set. 2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Democracia Ateniense**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/historiag/democracia-ateniense.htm>>. Acesso em out. 2015.

TORRES, Ana Paula Repôles. **O sentido da política em Hannah Arendt**. Belo Horizonte: UFMG, 246 f., Artigo (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

TURBAY, Luana. **A dimensão política da dignidade humana em Hannah Arendt**. Marília: UNESP, 139 f., Dissertação (Mestrado em filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.